

IV – cumprindo pena decorrente de processo criminal transitado em julgado;

V – respondendo a processo por abandono de cargo;

VI – em processo de aposentadoria;

VII – legalmente afastado de suas funções;

VIII – a menos de 5 (cinco) anos da aposentadoria.

§ 4º. A vedação disposta no inciso VII do § 3º não se aplica nos casos de prestação de serviço e/ou designação na Secretaria Municipal de Educação, na Direção e Vice Direção de estabelecimento de ensino da rede pública municipal.

Art. 67. A ampliação de jornada será computada para efeitos de cálculo de contribuição previdenciária.

Art. 68. A alteração de regime de trabalho prevista nos arts. 66 e 67 terá vigência de até 2 (dois) anos, contados desde a publicação desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Colombo Em, 16 de março de 2021.

HELDER LUIZ LAZAROTTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Kassia Sarita Cavallari

Código Identificador:3CD9B00F

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 037/2021

DECRETO Nº 37 DE 16 DE MARÇO DE 2021

Altera o art. 10º do Decreto n. de 15 de março de 2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO E COMARCA DE COLOMBO no uso das atribuições que lhe foi conferidas pela legislação em vigor

DECRETA

Art. 1º. O Artigo 10º do Decreto Municipal nº 36, de 15 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 10º. Ficam suspensas as aulas presenciais e o atendimento ao público nas unidades da rede **Municipal, Estadual e Privada** de ensino, em todos os níveis e modalidades.*

§1º. As escolas da rede Municipal e Estadual deverão permanecer fechadas no período de vigência deste decreto, visando a preocupação com os profissionais da educação e com a comunidade escolar.

§2º. As atividades escolares serão entregues em datas previstas pela direção das respectivas escolas.

§3º. Permanece inalterado o cronograma de entrega do ‘Programa Leite das Crianças’ nas escolas Estaduais.”

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 36 de 15 de março de 2021.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 16 de março de 2021.

HELDER LUIZ LAZAROTTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Kassia Sarita Cavallari

Código Identificador:99414BE1

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.568/2021

LEI Nº 1.568/2021

Define o valor para as Obrigações de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, do Município de Colombo, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Colombo, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se de pequeno valor as obrigações da Administração Direta e Indireta do Município de Colombo decorrentes de decisão transitada em julgado cujo valor, devidamente atualizado, não exceda o valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º. Os pagamentos das RPV's de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º. Esta Lei aplica-se a todos os processos em curso, ressalvadas as hipóteses de execuções e cumprimentos de sentença pendentes:

I – que não foram impugnadas pelo Município;

II – que a impugnação apresentada pelo executado sobre o valor do crédito tenha sido rejeitada por decisão definitiva;

III – que o valor exequendo tenha se tornado incontroverso por transação ou acordo judicial;

IV – que o credor tenha renunciado expressamente ao valor que excedia o limite fixado no art. 87, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no parágrafo único do art. 1º desta Lei, o pagamento será realizado por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante Requisição de Pequeno Valor.

Art. 5º. Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 16 de março de 2021.

HELDER LUIZ LAZAROTTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Kassia Sarita Cavallari

Código Identificador:651E180F

GABINETE DO PREFEITO

ERRATA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Colombo vem pela presente corrigir o Decreto nº 036/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP, Edição nº 2222, dia 16 de março de 2021, onde se lê: §5º As compras, realizadas nos estabelecimentos elencados nos incisos, III e IV, deverão ser realizadas por uma pessoa, por família, maiores de 14 anos e menores de 60 anos, evitando-se as aglomerações., Leia-se: § 5º As compras, realizadas nos estabelecimentos elencados nos incisos, III, IV e V, deverão ser realizadas por uma pessoa, por família, maiores de 14 anos e menores de 60 anos, evitando-se as aglomerações.

Dê-se publicidade,